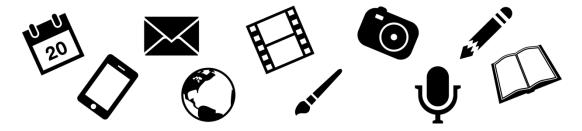


UFSC NA MÍDIA - CLIPPING





27 de setembro de 2018

Notícias do Dia Capa e Desafios de SC

"Máquina pública inchada"

Máquina pública inchada / Endividamento / Futuro governador / Eleições 2018 / Investimento / Economista / UFSC / João Rogério Sanson / Professor de Economia / Guilherme Valle Moura / Universidade Federal de Santa Catarina

Peso da máquina pública impede Estado de crescer



- Rever os gastos com a estrutura administrativa é um dos principais desafios do próximo governo.
 - Atual modelo de gestão não permite investimentos e pode até inviabilizar os atendimentos mais básicos.
 - Saiba o que pensam os candidatos sobre o corte de despesas, os comissionados, dívidas e prédios públicos.

PÁGINAS 3 A 5 E EDITORIAL, 10



Com foco nas eleições 2018, o Grupo RIC mapeou 10 desafios que o próximo governador vai precisar encarar ao assumir a Casa d'Agronômica. A série Os Desafios de SC mostra temas que lidam diretamente com a economia e o desenvolvimento do Estado. As reportagens especiais vão ao ar na RICTV Record, e serão publicadas sempre no dia seguinte no Noticias do Dia, junto com o posicionamento dos candidatos sobre como cada um irá lidar com o desafio caso seja eleito. Nesta edição, o desafio de lidar com a máquina pública e a pequena margem do Estado para investimentos estão em pauta.

Máquina pública inchada

VANESSA DA ROCHA ESPECIAL PARA O NOTÍCIAS DO DIA

De cada R\$ 10 do caixa do Estado, R\$ 5 são para pagar os servidores públicos ativos e inativos. Outros R\$ 5 são para pagar as contas correntes. E ainda falta. A projeção é fechar o ano com um déficit de R\$ 1,3 bilhão. Os números comprovam o peso da máquina pública catarinense. O próximo governador já assume endividado e não terá outro caminho a não ser cortar custos e tornar essa estrutura mais eficiente.

O inchaço do orçamento consome boa parte da verba que poderia ser usada para investimentos. Segundo dados publicados no Portal de Transparência do Estado, Santa Catarina tem investido entre 7% e 11% da sua receita corrente líquida nos últimos seis anos, o que corresponde a quase R\$ 11 bilhões. Mas, na prática, onde estão esses investimentos?

Segundo dados da Secretaria Estadual do Planejamento, os majores investimentos realizados nos últimos anos estão relacionados a obras de infraestrutura rodoviária. Em geral, são trabalhos de manutenção e ampliação de rodovias. Inauguração de hospitais, reformas de escolas também estão nessa conta, mas esses valores são tão pequenos quando comparados à manutenção das estradas que ficam lá embaixo no ranking dos investimentos.

E de onde sai o dinheiro para investir se 100% da receita está comprometida? Aí entram os empréstimos bancários e o aumento do endividamento. "Para construir ou reformar uma rodovia, o argumento que se usa para assumir o financiamento é que a obra vai estimular a economia, vai gerar mais receita, ICMS e isso justifica o pagamento de empréstimo para investir. Agora se isso mesmo vai acontecer é outra história", diz o economista da UFSC, João Rogério Sanson.

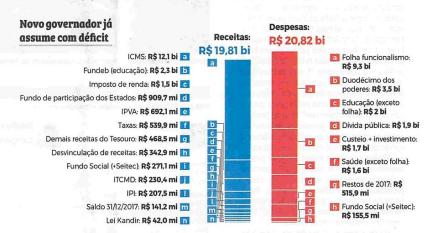
"É importante olhar as consequências dos investimentos, pois eles geram aumento dos gastos correntes. O caminho é fazer um planejamento de longo prazo", diz Sanson. O professor de economia da UFSC Guilherme Valle Moura complementa que os investimentos devem ocorrer em áreas estratégicas. "O saneamento básico é um exemplo. O Estado pode utilizar políticas públicas para crescer e beneficiar a população".

PÁGINAS 4 E 5

Gastos para manter a estrutura do Estado comprometem a capacidade de investimento e são desafio para futuro governador

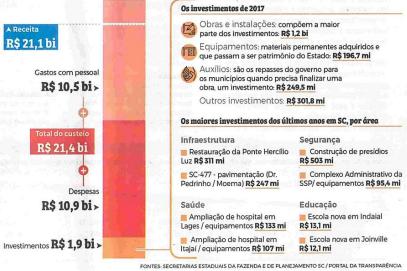
Projeção de investimentos do Estado para 2018

Só com a folha de pagamento dos servidores, SC gasta metade das receitas anuais



O custo da máquina pública e o que sobrou para investimento em 2017

Os gastos com pessoal e o custeio do Estado absorvem mais de 90% da receita. No ano passado, essa fatia chegou a custar 101% do orçamento, o que gerou um déficit.



Reduzir custos para crescer

Uma máquina que consome mais do que produz. Essa é a definição da máquina pública catarinense, alheia ao fato de que os contribuintes passam cinco meses do ano trabalhando para pagar impostos. O professor de economia da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) Guilherme Valle Moura acredita que a primeira medida do próximo governador deve ser cortar gastos. "A questão é se o novo governante vai gastar capital político para ter um Estado mais enxuto em termos de custeio e não de investimentos", diz ele.

"Enxugar a máquina pública todo mundo fala e ninguém faz. Não se pode demitir servidor público, mas pode negociar para não dar aumento, o que se torna politicamente complicado", afirma o professor de economia e administração pública Arlindo Carvalho Rocha, da Esag. Ele também destaca para a importância de crescer a receita, mas reitera a dificuldade política que isso envolve. "É preciso fazer uma reavaliação de todos os benefícios, renúncias de receitas, incentivos fiscais que o Estado tem. São muitos, e isso é uma caixa preta porque lida com grandes interesses", ressalta Rocha.

A previdência dos servidores consome boa parte do combustível da máquina pública. O rombo da previdência catarinense está em R\$ 3,6 bilhões e todos os meses o Estado precisa desembolsar R\$ 300 milhões para garantir a aposentadoria dos servidores. "Se tirar a previdência do orçamento estadual, Santa Catarina vai triplicar a capacidade de investimento. É preciso atacar esse problema", diz o consultor econômico Raul Velloso.

Outro caminho indicado por especialistas em finanças públicas é saber aproveitar os momentos de ganho de receita. "Quando sobra, não se deve investir tudo. Se deve usar um pouco para abater dívidas. Afinal, cada estrutura que se constrói gera mais despesa corrente e cada vez mais a máquina pública vai crescendo. A questão é mostrar isso para os governantes que acabam divulgando os investimentos e deixando de lado a parte do aumento das dívidas e as despesas geradas", diz.

O professor Arlindo Carvalho Rocha alerta sobre a necessidade de realizar cortes para crescer. "A medida que será tomada pelo próximo governador será decisiva para a saúde econômica do Estado nas próximas décadas e para definir o grau futuro de investimento", diz ele.



Na Capital, o major investimento do Estado depois da Ponte Hercílio Luz é o acesso ao aeroporto do Sul da Ilha

Caminhos para cortar custos

Seis possibilidades para enxugar a máquina pública



Revisão do duodécimo

SC repassa quase 22% da sua receita corrente líquida para os poderes e órgãos É um dos maiores repasses do Brasil.

A solução: o governador enviar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para a aprovação do Legislativo com a proposta de redução de repasse. Seria um convite para que Judiciário, Legislativo, Ministério Público, Tribunal de Contas e Udesc também fizessem cortes nas despesas.



Reduzir cargos

A folha do funcionalismo custa cerca de R\$1 bilhão por més. Atualmente, são 1.732 cargos comissionados no Estado. O governador afirma ter reduzido 218 cargos comissionados e 471 funções gratificadas. Ainda pode ter marquem para cortar.

A solução: fazer uma revisão de todos os cargos e funções e enxugar onde for possível.



Revisar a efetividade das estatais

As estatais são estruturas do governo para gerenciar áreas de interesse da população. Elas possuem receita própria e costumam absorver mais dinheiro, pois possuem folha e orçamento próprios.

A solução: analisar o custo das estatais e possíveis extinções que possam ter os serviços absorvidos em outras estruturas do Estado. Mais uma possibilidade é conceder para a iniciativa privada serviços que o Estado gasta muito e não consegue prestar com qualidade para a população.



Reforma da previdência

O número de inativos (55.189) já supera o de átivos (54.030). O Estado precisa desembolsar R\$ 300 milhões por més para garantir as aposentadorias. Hoje, o déficit da previdência é de R\$ 3.6 bilhões.

A solução: o governador pode elaborar um projeto de reforma da previdência. A solução seria fazer mudanças que aliviassem as despesas do Estado sem prejudicar os direitos dos trabalhadores.



Reavaliar as ADRs

Quinze ADRs e 4
Secretarias Executivas foram
desativadas desde o início
do ano. Os cortes, junto
com a redução de cargos
comissionados, e outras medidas,
representaram uma economia
de R\$ 900 milhões em 2018.

A solução: fazer uma avaliação da efetividade das ADRs em contraponto aos gastos que elas absorvem.



Revisão dos aluguéis

O Estado possui diversos prédios públicos que estão abandonados.

A solução: fazer um levantamento de todo o patrimônio de Santa Catarina que está inativo. Os prédios públicos que estão abandonados podem ser vendidos ou reformados e aluqados.

FONTE: SECRETARIA ESTADUAL DA FAZENDA / SO

Com as despesas de custeio crescentes, que chegam a ultrapassar a receita, a margem para investimentos se torna pequena (em bilhões de reais) Legenda: Receita I Investimento C Custeio R+R\$ 13,79 R+R\$ 14,54 R+R\$ 17,84 R+R\$ 21,13 R+R\$ 15,89 R+R\$ 19,41 R+R\$ 20,49 II - R\$ 0,97 II-R\$ 0,97 II-R\$1,24 II-R\$ 2,14 II-R\$ 1,81 II-R\$ 1,81 II-R\$ 1,91 C - R\$ 12.58 C -R\$ 14,56 C -R\$ 15,14 C -R\$ 17.24 C -R\$ 18.88 C -R\$ 20,13 C -R\$ 21,44 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017

Como os candidatos vão lidar com temas relacionados à gestão da estrutura do Estado?

Além de apresentar os desafios que o próximo governador terá pela frente, queremos ouvir dos candidatos suas propostas para os temas retratados. Confira a resposta de cada candidato sobre o tema.



Quais são as outras propostas de redução de custos? 3 O Estado tem muitos prédios desocupados em diversas regiões de Santa Catarina. A venda desses prédios poderia contribuir para amenizar o caixa do governo. O que o futuro governador pretende fazer?



Carlos Moisés (PSL)

The Astrutura deveser modificada, com a extinção das ADRs. O número de funcionários comissionados deveser reduzido drasticamente, quase na sua totalidade, de forma a aproveitar o sérvidor de carreira que é quem mais conhece da área em que atua".

2 Meu compromisso é reduzir o Estado drasticamente, inclusive os cargos comissionados que serão exceção, pois a chapa pura me permitirá prestigiar o servidor de carreira pela meritocracia, uma economia competente, colocando os mais capacitados nos espaços certos de suas capacidades

3 'Assim como o caso do sistema prisional da Agronômica, a permuta ou até mesmo a alienação dos imóveis do Estado podem ser uma forma de financiamento de outras atividades das áreas da saúde, segurança e educação, para atingir os fins estatais'.



Décio Lima (PT)

"As ADRs se mostraram ineficazes. Não serviram para descentralizar os serviços. Penso que tenham sido pensadas não para levar serviços públicos para mais perto da população. Vamos descentralizar o governo a partir da ação e da relação com as Associações de Municípios e com a Fecam".

2 Acredito que seia possível reduzir o custo da máquina pública controlando os gastos com custeio Durante o atua governo, o custo de manutenção da máquina segue crescendo. Estamos falando de gastos com água, luz, telefone, aluquéis, terceirizações, material de consumo, diárias. Vamos monitorar com olhar de lince e mãos de ferro essas despesas*.

3 Ao estabelecermos uma política de redução de custos correntes, pretendemos realocar órgãos do governo que estão em prédios ou casas alugados para os próprios que estão desocupados. É algo que term de savaliado caso a caso



Gelson Merisio (PSD)

1 2 Reduzir 1200 dos 1400 cargos comissionados e contratar mais policiais, médicos e enfermeiros. Podemos ficar no limite da folha de pagamento desde que essas pessoas estejam ligadas ao servico. e não à burocracia Extinguir todas as regionais e aplicar tecnologia, Ainda temos dezenas de departamentos de Recursos Humanos para um só empregador.

3 O Estado recisa dar um destino inteligente e prático vender ativos sem serventia. Esses bens inutilizados podem servir para cobrir o déficit da previdência e também para capitalizarmos o Banco Regional de Desenvolvimento Extremo Sul, criando linhas de financiamento para os municípios e as pequenas e médias empresas".



Ingrid Assis (PSTU)

"Pretendemos acabar com os cargos comissionados. Os cargos da administração serão ou por concurso ou por eleição. Junto pretendemos também acabar com as Agências de Desenvolvimento Regional. São verdadeiros 'cabidões' de emprego".

2 "Pretendemos acabar com os privilégios de políticos, secretários e juízes. Salário igual a de um operário especializado ou professor. Somos contra os privilégios".

3 'Somos contrários à venda de imóveis públicos, e sim, de sua utilização social, seja para promover arte e cultura, serviços públicos ou moradia popular'.



Leonel Camasão

(PSOL)

Tom toda a certeza. Defendemos a extinção das ADRs desde 2010. São estruturas criadas sob o-pretexto da descentralização, mas que não prestam nenhum serviço. A descentralização que precisamos é a de serviços essenciais".

Zi Mais que reduzir custos, temos que reduzir os privilégios e combater a corrupção. É preciso acabar com a farra das isenções fiscais para que o Estado tenha dinheiro para o que realmente importa: saúde, educação e segurança. Nossa proposta não é a de redução de custos, mas de ampliação dos investimentos os serviços essenciais:

3 A melhor solução para esses précilos é dar uma finalidade social para eles. Podem virar aparelhos culturais, espaços educacionais ou servir de moradia popular. Só em Florianópolis, o déficit habitacional é de 10 mil casas. Em Santa Catarina, o número ultrapassa as 150 mil. Faremos um plano de realocação destes précilos para fins sociais.



Mauro Mariani (MDB)

Il Sim, vamos reduzir o número de ADRs, enxugar a estrutura e tomá-las mais resolutivas. Sou formado em gestão pública e sei que o recurso, quanto mais perto da população, melhor sua aplicação. Mas essas estruturas precisam estar conectadas ao novo momento da gestão pública, que exige austeridade, busca pela eficiência e entrega de resultado*.

[2] "Nossa palavra de ordem será eficiência. O governo tem de entregar resultado. Temos atualmente outras estruturas, além das ADRs, que oneram muito mais o Estado e não entregam resultado. Podem ser revistas, fundidas, reduzindo o custeio da máquina".

Teste governo buscará o equilibrio financeiro do Estado. Pretendemos fazer um levantamento de todo o patrimônio de imóveis pertencentes ao governo. Vamos enxugar as estruturas e. a partir deste diagnóstico, poderemos propor a venda ou até mesmo, mudanças das estruturas dos órpãos estaduais.



Rogério Portanova (Rede)

"Sim, fim das secretarias regionais e dar qualidade pelo mérito aos comissionados, reduzindo o número dos mesmos".

"Auditoria da divida do Estado, principalmente no tocante aos juros pagos ao sistema bancário e aos aditivos das licitações, bem como a terceirização de atividades como saúde e educação, que acabam drenando os recursos do Fstado".

3 'Um levantamento patrimonial de toda a propriedade do Estado. Podendo em alguns casos reformar e em outros dar a destinação adequada, até mesmo alugar ou permutar com outros órgãos públicos da federação ou inclusive vender'.

Notícias do Dia Opinião

"Pesquisa e extensão para a cidadania"

Pesquisa e extensão para a cidadania / Fapeu / Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Moacir Loth / Jornalista / Universidade Federal da Fronteira Sul / UFFS

PESQUISA E EXTENSÃO PARA A CIDADANIA

Fundação de Amparo à Pesquisa e à Extensão Universitária (Fapeu), que é um braço institucional da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, está completando hoje, dia 28 de setembro, 41 anos de atividades. Atualmente, gerencia e executa 314 projetos de pesquisa e extensão, a maioria deles voltados ao desenvolvimento econômico e social do Estado e do País. Além da UFSC, que mantém cinco



Moacir Loth
Jornalista

campi (Florianópolis, Joinville, Araranguá, Curitibanos e Blumenau), atende às demandas dos pesquisadores da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sediada em Chapecó.

A Fapeu atua em todas as áreas do conhe-

cimento, abarcando as ciências físicas, matemáticas, tecnológicas, biológicas, agrárias, jurídicas, humanas, socioeconômicas, a saúde, a educação, ou seja, facilita a vida de quem faz pesquisa e extensão.

Contribuindo para o modelo econômico catarinense, apoia projetos no agronegócio, na agricultura familiar, na vitinicultura, no desenvolvimento de energias alternativas, na pecuária, na suinocultura, na piscicultura (rios, açudes e fa-

zendas marinhas), na indústria, no comércio, no empreendedorismo, na agroecologia, na segurança alimentar, no clima, no reflorestamento, no meio ambiente, no uso e reuso da água, nos transportes, na infraestrutura (portos, estradas etc), na comunicação enfim, na inovação e desenvolvimento sustentável, buscando gerar emprego, renda e melhores condições de trabalho.

Os projetos administrados pela Fapeu apresentam objetivos claros e perseguem resultados concretos para suprir as necessidades da sociedade e melhorar a qualidade de vida da população. A fundação, fazendo o meio campo com os pesquisadores, constrói uma ponte efetiva, e não de papel, com o povo, a cidade, o estado, o país e o mundo. Aliás, mantém convênios com os cinco continentes, portanto, age também globalmente.

Controlada, fiscalizada e auditada interna e externamente, presenteia-se no seu 41º aniversário com a elaboração e implementação do Manual de Normas e Procedimentos para Compras e Contratação de Serviços, que surge, aliás, como modelo para as essenciais e não menos injustiçadas fundações universitárias.

Diário Catarinense Roberto Alves

"Perda"

Perda / João de Deus Machado Neto / Funcionário da UFSC



PERDA

Florianópolis perdeu mais uma de suas figuras notáveis: João de Deus Machado. De tradicional família da Capital, ele nos deixou ontem, aos 69 anos. Funcionário da UFSC, João fazia parte da Irmandade Senhor Jesus dos Passos. Deixa dois filhos, além da esposa. Foi cremado ontem.

Diário Catarinense e A Notícia Moacir Pereira

"Perdas"

Perdas / Falecimentos / Waldemiro Cascaes / Professor / Faculdade de Direito / UFSC / João de Deus Machado Neto

PERDAS

Mais dois falecimentos enlutando famílias e instituções de Santa Catarina. O desembargador aposentado Waldemiro Cascaes, professor da Faculdade de Direito da UFSC, que faleceu aos 97 anos. Foi um dos 12 fundadores da Associação dos Magistrados Catarinenses. E o advogado João de Deus Machado Neto, 69 anos, dedicado servidor do Tribunal de Justiça, ex-diretor da Mesa da Irmandade do Senhor dos Passos.

Enfoque Popular Eleições 2018

"Quero revogar a PEC da Maldade"

Quero revogar a PEC da Maldade / Entrevista / Professor Pedro Cabral / Mestrado / Teoria e Prática Pedagógica / UFSC

PROFESSOR PEDRO CABRAL - Candidato ao Senado - PSOL/SC ENTREVISTA



Quero revogar a PEC da Maldade"

Nascido em Florianópolis, é professor aposentado da rede pública municipal. É egresso da escola pública com graduação em Artes e especialização em Música (Udesc), mestre em Teoria e Prática Pedagógica (UFSC) e doutor em História e Historiografía da Educação (USP)

Jornais ADI/ Adjori - O que o motivou a entrar em uma campanha para o Senado? Prof. Cabral -Estar dentro.

defender propostas que entendemos como correta, como uma sociedade, diferente, mais justa e igualitária, de um Estado forte. O fato de defender um Estado forte é a condição de ser candidato. O que acredito para uma sociedade, é que ela vem do micro

polis, quero também para Santa Catarina

e para o Brasil. É difícil entrar numa dis-

puta com quem tem muito dinheiro. Mas o

fato de marcar posição e poder falar é extre-

mamente importante.

para o macro: o que quero para Florianó-

Prof. Cabral - É a mesma prioridade que o partido defende. Primeira delas, a revogação da PEC que congelou os investimentos em

Saúde e Éducação por 20 anos, a PEC da Maldade. Acho estranho, pois os candidatos que possivelmente ganharão as eleições por Santa Catarina estão em partidos que votaram a favor dessa medida. Então, há uma contradição em dizer "mais saúde" e "mais educação" para Santa Catarina. Não existirá investimento nessas áreas simplesmente porque a PEC da maldade impede. O problema é que passaram a tratar essas áreas, de Saúde, Educação e Segurança, como um gasto. Depois passaram a tratar como investimento. E o correto é chamar de direito. São direitos fundamentais. E para garantir direitos é preciso ter recursos. A outra ação que

ADI/Adjori - E qual será sua prioridade,

gostaria de levar ao Senado seria defender a revogação da Reforma Trabalhista.

ADI/Adjori - Por quê?

Prof. Cabral - É outra maldade absurda. Para quem é, como eu sou, funcionário do serviço público, ainda que aposentado, é visível a precarização do serviço com o terceirizado. E a culpa não é as pessoas terceirizadas. É um equívoco dizer que são trabalhadores menos comprometidos. O que há é um desestímulo. Por exemplo, o contratante, seja do espaço público ou do privado, paga R\$ 3 mil e o trabalhador recebe um terço disso. Existem coisas que são pra ontem. Revogar essa legislação é uma delas. Mas também é pra ontem leis mais rígidas para garantir a proteção das mulheres e de seus filhos, quando for o caso. E também é pra colocar em pauta as questões de gênero.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

MPF investiga fraude no sistema de cotas da UFSC

MPF investiga fraude no sistema de cotas da UFSC entre 2014 e 2017

MPF investiga suspeita de fraude no sistema de cotas da UFSC

Órteses funcionais dão mais independência à paciente da fisioterapia de Balneário Arroio do Silva

Santa Catarina recebe o lançamento do primeiro Observatório Social Estadual

<u>Série Os Desafios de SC: governador terá que lidar com a pouca</u>

<u>margem para investimentos</u>

<u>Sorteio da obra "30 Anos da CF em Julgamentos – Uma Radiografia</u> <u>do STF</u>

Ágora Tech Park

Livro de Carlos Henrique Schroeder vai virar filme no ano que vem

Araranguá sedia evento internacional de ciência

Campanha Setembro Verde realiza Mutirão de Colonoscopia